



REVISÃO/CRIAÇÃO DAS CARREIRAS

MAIS UMA ETAPA DE UMA NEGOCIAÇÃO SURREAL

NOTA PRELIMINAR

No passado dia 10 de Abril, realizaram-se mais duas reuniões do processo conducente à revisão da carreira/criação das carreiras dos TSDTs em regime de CTFP e CIT, respectivamente.

Da primeira, com a comissão negociadora governamental, pouco há a dizer, pois, resumiu-se a identificar a impossibilidade de se chegar a acordo sobre a contagem de 7 anos de antiguidade durante o período de congelamento das carreiras, com efeitos no posicionamento dos TSDTs nas novas grelhas salariais. Ou seja, a “dita” comissão negociadora do governo” não tinha poderes para aceitar a reivindicação sindical, transitando esta matéria para a reunião com o governo, a realizar na tarde desse dia.

REUNIÃO COM O GOVERNO

A reunião realizou-se pelas 15.00 horas, sendo dirigida pela Secretária de Estado da Saúde.

Como primeiro apontamento, tendo-se comprometido o governo a apresentar uma nova proposta de tabelas salariais e transições/posicionamentos nas novas carreiras, bem como o estudo de impacto financeiro destas, só pelas 13.30 horas, por email, deu conhecimento aos sindicatos sobre uma pequena alteração na proposta sobre transições, mantendo-se inalterável a tabela salarial.

Desta “nova” proposta do governo constava uma “inovação”: na transição para a nova carreira, em vez de irem todos os TSDTs para a base, o governo aceitava que os técnicos especialistas de 1ª classe(DL 564/99), passassem para a categoria intermédia da nova carreira, como técnicos superiores especialistas !!!!!!!!!!!

Em face de tal facto, os sindicatos viram-se impedidos de acordarem uma prévia posição para a negociação.

A Secretária de Estado da Saúde deu início à reunião dando a conhecer aos sindicatos que pretendia encerrar as negociações nesse dia, pois, segundo o governo, tinham atingido o limite do possível na negociação, dada a difícil conjuntura financeira do actual governo.

Como documento de trabalho, a Secretária de Estado da Saúde apresentou um estudo onde se apresentava os posicionamentos na nova tabela salarial, dos quais se destaca que cerca de 70% de todos os TSDTs ficariam na primeira posição salarial da proposta do governo: 1200 euros.

Perante tal posição do governo, o STSS, de imediato, tomou uma posição que se pode resumir a:

1 – A proposta do governo era inegociável e insultuosa.

2 – O governo não dava resposta a qualquer reivindicação sindical, acentuando a discriminação já existente, pois, acentuava as perdas salariais relativas a carreiras de igual nível.

3 – O governo não apresentava qualquer fundamentação financeira sobre o esforço orçamental da revisão/criação das carreiras, não permitindo perceber-se qual a veracidade dos “ditos” custos elevados das novas carreiras.

4 – Os custos das carreiras, na versão do governo, não eram mais que o esbulho a que os TSDTs têm estado sujeitos ao longo de muitos anos.

5 – Qualquer que fosse a posição dos outros sindicatos, o STSS assumia ir para a greve caso o governo mantivesse as suas posições.

Como consequência, a Secretária de Estado da Saúde comprometeu-se a, uma vez mais levar a questão à reflexão do governo, agendando nova reunião de negociação para o dia 26 de Abril.

Instada, ainda, pelo STSS, a pronunciar-se sobre todas as outras propostas apresentadas, nomeadamente a contagem de 7 anos de antiguidade desde o início do período de congelamento de escalões e progressões, para efeitos de posicionamento na nova grelha salarial, a Secretária de Estado da Saúde afirmou:

- a) A contagem dos 7 anos de antiguidade será objecto de estudo pelo governo;*
- b) Serão dadas orientações para os técnicos directores virem a integrar a estrutura de gestão dos centros de responsabilidade integrados (CRI);*
- c) Serão criados grupos de trabalho para os estudos sobre empregabilidade no nosso sector;*
- d) Serão apresentadas aos sindicatos as propostas sobre remuneração dos coordenadores e directores;*
- e) Ir-se-á constituir um grupo de trabalho para o estudo das novas designações profissionais e respectivas competências;*
- f) As negociações deverão encerrar até final do mês de Abril.*

NOTAS FINAIS.

Não fosse já surreal todo o processo negocial que se tem desenrolado nestes meses, com um claro desprezo pelos TSDTs, protagonizado por um Ministério das Finanças que despreza tudo quanto foram compromissos do governo, ontem mesmo “ficamos a saber”, segundo as palavras do Ministro das Finanças, Mário Centeno, em audição na Comissão Parlamentar da Saúde, que o governo tinha concluído as negociações connosco !!!!!!!

De facto, qualquer que seja o desfecho das negociações em curso, para a história ficarão factos que deverão ser profundamente reflectidos. Factos que determinam que se perceba que a negociação/reivindicação é um processo continuo que não se esgota nas questões salariais.

Mais do que nunca, importa perceber que a porta que se está a abrir para o futuro terá de se manter aberta e, essa atitude, terá de ser de todos nós, quaisquer que sejam as dificuldades a vencer.

Para tal, o “capital” de coesão sindical que se constituiu não pode ser posto em causa, qualquer que seja a opção dos colegas, pois, mesmo em circunstâncias muito adversas, este tem sido determinante para o desenrolar do processo negocial. Perceber isto é perceber o despertar colectivo que vivemos.

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

A DIRECÇÃO NACIONAL

ULTIMA HORA: Face às declarações do Ministro das Finanças, Dr. Mário Centeno, em audição com a Comissão Parlamentar da Saúde, afirmando estar encerrado o processo negocial das carreiras dos TSDTs , foram hoje mesmo pedidas explicações ao Sr. Primeiro Ministro, dado nem o processo negocial estar encerrado nem os sindicatos próximos de qualquer acordo.

Ver ofício abaixo



Exmo. Sr.
Primeiro Ministro, Dr. António Costa
Por email: gabinete.pm@pm.gov.pt

STSS/AR/54

Pr. / 0000.017.010

Porto, 12 de Abril de 2018

**ASSUNTO : Negociações das carreiras dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.
Manifestação da nossa indignação.**

Exmo. Sr. Primeiro Ministro

Por "memorando" de 12 de Março de 2018, assinado pelos quatro sindicatos que integram a frente negociadora da revisão/criação das carreiras dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, expusemos a V.Exa. a violência e discriminação a que têm estado sujeitos estes profissionais.

V. Exa. respondeu-nos informando que, dadas as características das questões formuladas, foi o assunto remetido para o Sr. Ministro das Finanças, pressupondo-se que o mesmo iria ouvir os sindicatos.

Pois bem: o Sr. Ministro das Finanças não recebeu os sindicatos mas, pior ainda, ontem mesmo, em audição na Comissão Parlamentar da Saúde, informou o Parlamento que o Governo tinha encerrado o processo negocial dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica, o que não é verdade.

De facto, Sr. Primeiro Ministro, Dr. António Costa, nem o nosso processo negocial está encerrado, nem se visualiza qualquer acordo, por exclusiva responsabilidade desse ministério que, incompreensivelmente, teima em limitar o espaço negocial do Governo.

Por tal razão, uma vez mais apelamos a V. Exa. para uma imediata intervenção neste processo que, face aos resultados, ou antes, ausência destes, nas negociações que, ainda no dia 10 de Abril, tiveram nova sessão no Ministério da Saúde, levaram este sindicato a informar que a manter-se a actual situação de desprezo pelos trabalhadores deste sector, a greve prolongada será um desfecho inevitável.

Certos de que V. Exa. terá na devida conta o nosso apelo, subscrevemo-nos com a mais elevada consideração e cordiais cumprimentos.

O Presidente da Direcção Nacional do STSS

Almerindo Rego

Sede: Rua Dr. Campos Monteiro, 170
4465-049 S Mamede Infesta
Telf: 22 9069170 Fax: 22 9069179

Delegação: Rua Conde Redondo, 61 – 3º A
1150-102 Lisboa
Telf: 21 3192950 Fax: 21 3192959

Página 1 de 1